


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

Rua Sourbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-970 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjstj.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **1012131-82.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Cumprimento de Sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução**  
 Exequente: **Luiz Carlos Joaquim e outros**  
 Executado: **'Banco do Brasil S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Vilson Palaro Júnior

Vistos.

MARIA SILVANA JOAQUIM DE OLIVEIRA, OSVALDO DE OLIVEIRA, MARIELZA JOAQUIM ALVES, LAURO SÉRGIO ALVES, LUZIA SARTARELLI JOAQUIM, LUIZ CARLOS JOAQUIM, LEA DE GÊNOVA CORREA JOAQUIM, CÉSAR JOAQUIM NETO, CRISTIANI DA SILVA JOAQUIM, todos herdeiros de *César Joaquim*, já qualificados, ajuizou o presente cumprimento de sentença contra o BANCO DO BRASIL S/A, também qualificado, alegando sejam credores da requerida da quantia de R\$ 14.902,25 representada pelo título judicial da Ação civil Pública nº 16798/98 do Tribunal de Justiça do Distrito Federal. Pediram a citação da requerida para pagamento da quantia.

É o relatório.

DECIDO.

O título que aparelha a execução não ostenta executividade, uma vez que se encontra prescrito.

A ação civil pública foi ajuizada no ano de 1993, cuja sentença foi proferida em 06/11/1998 e transitada em julgado em 27/10/2009 conforme se vê da certidão de objeto e pé juntada, sendo este o termo inicial do prazo prescricional.

O prazo prescricional para a hipótese de execução individual lastreada em ação civil pública é quinquenal conforme decidiu o Eg. Superior Tribunal de Justiça:

*"DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL DA EXECUÇÃO INDIVIDUAL. PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA DO PROCESSO DE CONHECIMENTO TRANSITADA EM JULGADO. INAPLICABILIDADE AO PROCESSO DE EXECUÇÃO. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ART. 543-C DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. PROVIMENTO DO RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. TESE CONSOLIDADA. 1.- Para os efeitos do art. 543-C do Código de Processo Civil, foi fixada a seguinte tese: "No âmbito do Direito Privado, é de cinco anos o prazo prescricional para ajuizamento da execução individual em pedido de cumprimento de sentença proferida em Ação Civil Pública". 2. - No caso concreto, a sentença exequenda transitou em julgado em 3.9.2002 (e-STJ*


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

Rua Sourbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-970 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

*fls. 28) e o pedido de cumprimento de sentença foi protocolado em 30.12.2009 (e-STJ fls. 43/45), quando já transcorrido o prazo de 5 (cinco) anos, estando, portanto, prescrita a pretensão executória<sup>1</sup>".*

Com efeito, o pedido de cumprimento de sentença somente foi distribuído em 24/10/2016, ou seja, após o lastro de cinco anos do trânsito em julgado da ação civil pública, estando, portanto, prescrita a pretensão executória.

Cabe, ainda, ressaltar, que conforme restou decidido na Apelação Cível 20160110242483, julgada pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal, o Ministério Público não tem legitimidade para propor Medida Cautelar visando exclusivamente a interrupção do prazo prescrição para ajuizamento de execução individual de ação coletiva. Nesses termos:

"APELAÇÃO CÍVEL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. CADERNETA DE POUPANÇA. EXPURGOS. PRAZO QUINQUENAL EXPIRADO. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. MEDIDA CAUTELAR DE PROTESTO. MINISTÉRIO PÚBLICO. ILEGITIMIDADE ATIVA. INTERRUÇÃO DA PRESCRIÇÃO. NÃO VERIFICADA."

Assim, é de rigor a extinção do feito, salientando-se que a prescrição é matéria que pode ser conhecida de ofício, conforme disposto no artigo 332, §1º, do Novo Código de Processo Civil (Apelação Cível nº 990.10.036655-6, 20ª Câmara de Direito Privado do TJSP, Rel. Desembargador REBELLO PINHO)<sup>2</sup>.

Isto posto JULGO EXTINTO o presente processo proposto por MARIA SILVANA JOAQUIM DE OLIVEIRA, OSVALDO DE OLIVEIRA, MARIELZA JOAQUIM ALVES, LAURO SÉRGIO ALVES, LUZIA SARTARELLI JOAQUIM, LUIZ CARLOS JOAQUIM, LEA DE GÊNOVA CORREA JOAQUIM, CÉSAR JOAQUIM NETO, CRISTIANI DA SILVA JOAQUIM, todos herdeiros de *César Joaquim* contra BANCO DO BRASIL S/A, COM JULGAMENTO DO MÉRITO, pelo reconhecimento da prescrição, com base no art. 487, II, do Código de Processo Civil.

Oportunamente, arquivem-se.

P.R.I.

São Carlos, 24 de outubro de 2016.

**Vilson Palaro Júnior**  
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

<sup>1</sup> STJ, REsp. 1.273.643, Rel. Ministro Sidnei Beneti, Data do julgamento: 27 de fevereiro de 2013.

<sup>2</sup> [www.tjsp.gov.br](http://www.tjsp.gov.br)